



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE SERGIPE**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011**

**ARACAJU/SE
MARÇO/2012**



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE SERGIPE**

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011

Relatório de Gestão do exercício de 2011, apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 108/2010 e da Portaria TCU nº 123/2011 e das orientações do órgão de controle interno (Portaria CGU-PR nº 2546/2010).

**ARACAJU/SE
MARÇO/2012**

SUMÁRIO

ITEM 1 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010	6
ORGANOGRAMA FUNCIONAL.....	7
INTRODUÇÃO	9
ITEM 2 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010	10
2.1) Responsabilidades institucionais	10
2.1.1) COMPETÊNCIA INSTITUCIONAL.....	10
2.1.2) OBJETIVOS ESTRATÉGICOS.....	11
2.2) Estratégias de atuação frente às responsabilidades institucionais.....	11
2.2.1) Análise do andamento do plano estratégico da unidade em 2011	12
2.2.2) Análise do plano de ação referente ao exercício de 2011	12
2.3) Programas de Governo sob a responsabilidade da unidade	13
2.3.1) Execução dos programa finalísticos de Governo sob a responsabilidade da UJ.....	13
2.3.2) Execução dos programa de apoio às políticas públicas e áreas especiais sob a responsabilidade da UJ.....	14
2.4) Execução Orçamentária da Despesa realizada pela UJ	16
2.5.) Indicadores Institucionais da Unidade Jurisdicionada.....	18
ITEM 4 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010	21
4.1) Pagamentos e cancelamentos de restos a pagar de exercícios anteriores	21
ITEM 5 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010	22
5.1) Composição do Quadro de Servidores Ativos.....	22
5.2) Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas	24
5.3) Composição do Quadro de Estagiários	25
5.4) Custos associados à manutenção dos recursos humanos da UJ.....	25
5.5) Locação de mão de obra mediante contratos de prestação de serviços pela unidade jurisdicionada	26
5.5.1 – Informações sobre terceirização de cargos e atividades do plano de cargos do órgão	26
5.6) Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos	28
ITEM 7 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010	29
7. 1) Declaração sobre Contratos e Convênios – SIASG E SICONV.....	29
ITEM 8 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010	30
8. 1) Informações sobre declarações de bens e rendas	30
8.2) Análise Crítica	30
ITEM 10 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010	32
10.1) Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis	32
ITEM 11 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010	34
11.1) Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial.....	34
ITEM 12 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010	35
12.1) Gestão de Tecnologia da Informação	35
ITEM 13 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010	37
13.1) Despesas com Cartão de Crédito Corporativo	37
ITEM 17 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010	38
17.1) Outras informações consideradas relevantes pela UJ e dificuldades enfrentadas na gestão	38
17.2) Gestão com qualidade e perspectivas de melhorias futuras nos controles internos.....	38
ITEM 1 DA PARTE B – INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO	40
1. Declaração do Contador Responsável.....	40
ITEM 6 DO ANEXO II DA IN TCU N.º 117/2011	40
SEÇÃO IV	43
RESULTADOS E CONCLUSÕES	43

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

CGU – Controladoria Geral da União
CRH – Coordenação de Recursos Humanos
DG – Direção Geral
DGP – Diretoria de Gestão de Pessoal
DPF – Departamento de Polícia Federal
DLOG – Diretoria de Administração e Logística Policial
DRCOR – Delegacia Regional de Combate ao Crime Organizado
DN – Decisão Normativa
IN – Instrução Normativa
IPL – Inquérito Policial
LOA – Lei Orçamentária Anual
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento
PPA – Plano Plurianual
PRONASCI - Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania
SELOG – Setor de Administração e Logística Policial
SR/DPF/SE - Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Estado de Sergipe
RG – Relatório de Gestão
SETEC - Setor Técnico-Científico
SIASG – Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIAPE – Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
SIGPLAN – Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento
SINPRO - Sistema Nacional de Procedimentos
TCU – Tribunal de Contas da União
UG – Unidade Gestora
UJ – Unidade Jurisdicionada
UO – Unidade Orçamentária
UTEC – Unidade Técnico-Científica

LISTA DE TABELAS, GRÁFICOS, DECLARAÇÕES E INFORMAÇÕES ANEXAS.

<i>Quadro A2.2.1 – Execução Física das ações realizadas pela UJ</i>	12
<i>2.3.1.1.2 - Atividade 2586 – Sistema de Emissão de Passaporte e de Controle do Tráfego Internacional</i>	<i>13</i>
<i>2.3.1.1.3 - Atividade 2679 - Fiscalização e Controle de Empresas de Produção, Transporte e Comércio de Precursores Químicos</i>	<i>13</i>
<i>2.3.1.1.4 – Atividade 2720 – Ações de Caráter Sigiloso na Área de Segurança Pública.....</i>	<i>13</i>
<i>2.3.1.1.5 – Atividade 2726 – Prevenção e Repressão a Crimes Praticados contra Bens, Serviços e Interesses da União.</i>	<i>13</i>
<i>2.3.1.1.6 – Atividade 4572 – Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação</i>	<i>13</i>
<i>2.3.1.2.1 – Atividade 2000 – Administração da Unidade</i>	<i>14</i>
<i>2.3.2.1.1 – Atividade 2000 – Administração da Unidade</i>	<i>14</i>
<i>2.3.2.2.1 – Atividade 0089 – Pagamento de Aposentadorias e Pensões – Servidores Civis</i>	<i>14</i>
<i>Quadro A.2.4.1 - Despesas Por Modalidade de Contratação dos Créditos Originários da UJ</i>	<i>16</i>
<i>Quadro A.2.4.2 – Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ.....</i>	<i>17</i>
<i>Quadro A.2.4.3 – Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação (atualizar).....</i>	<i>18</i>
<i>Quadro A.2.4.4 - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa</i>	<i>20</i>
<i>Quadro A.4.1 - Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores</i>	<i>21</i>
<i>Quadro A.5.1 – Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12.....</i>	<i>22</i>
<i>Quadro A.5.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ.....</i>	<i>22</i>
<i>Quadro A.5.3 – Detalhamento estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro).....</i>	<i>23</i>
<i>Quadro A.5.4 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária - Situação apurada em 31/12</i>	<i>23</i>
<i>Quadro A.5.5 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12</i>	<i>23</i>
<i>Quadro A.5.6 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31 de dezembro.....</i>	<i>24</i>

<i>Quadro A.5.7 - Composição do Quadro de Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12.</i>	<i>24</i>
<i>Quadro A.5.8 - Composição do Quadro de Estagiários.....</i>	<i>25</i>
<i>Quadro A.5.9 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva.....</i>	<i>26</i>
<i>Quadro A.5.10 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra.....</i>	<i>27</i>
<i>Quadro A.8.1 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR.....</i>	<i>30</i>
<i>Quadro A.9.1 – Estrutura de controles internos da UJ</i>	<i>31</i>
<i>Quadro A.10.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis.....</i>	<i>32</i>
<i>Quadro A.11.2 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros .</i>	<i>34</i>
<i>Quadro A.12.1 – Gestão da Tecnologia da Informação da unidade jurisdicionada.....</i>	<i>35</i>
<i>Quadro A.13.1 - Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador (Despesas de Pequeno Vulto)</i>	<i>37</i>
<i>Quadro A.13.2 – Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador (Regime Especial de Execução).....</i>	<i>37</i>
<i>Quadro A.13.3– Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica).....</i>	<i>38</i>
<i>Quadro B.1.1 - Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício refletem corretamente a situação.....</i>	<i>40</i>

ITEM 1 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010

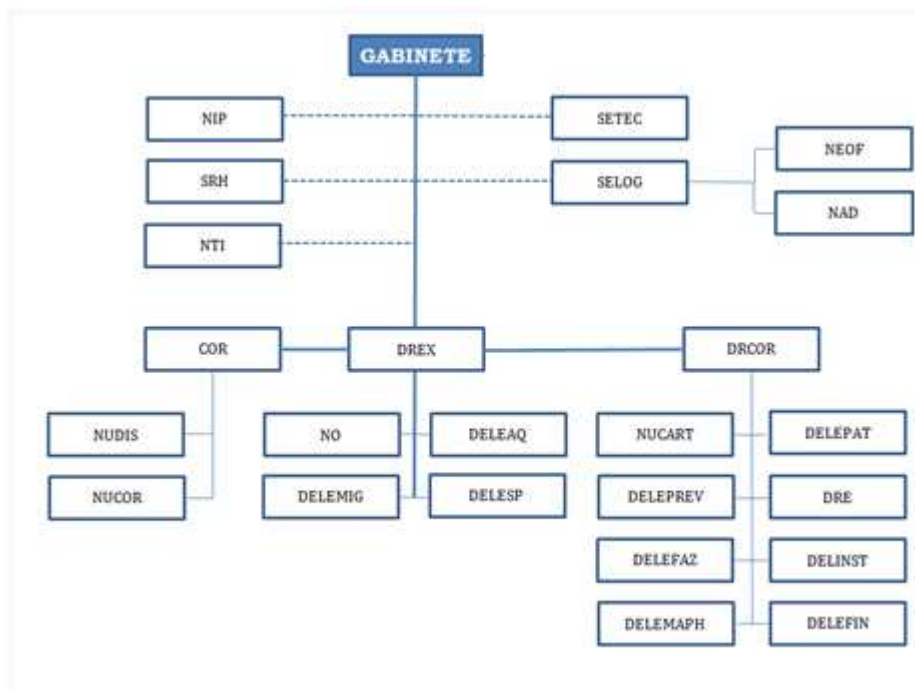
Quadro A.1.1 – Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério Da Justiça			Código SIORG: 316
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Superintendência Regional de Polícia Federal em Sergipe			
Denominação abreviada: Polícia Federal em Sergipe - SR/DPF/SE			
Código SIORG: 01158	Código LOA: Não se aplica		Código SIAFI: 200344
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: Órgão Público			
Principal Atividade: Segurança e Ordem Pública			Código CNAE: 8424-8/00
Telefones/Fax de contato:	(079) 3234-8500	(079) 3234-8502	(079) 3234-8580
E-mail: gab.srse@dpf.gov.br			
Página na Internet: http://www.dpf.gov.br			
Endereço Postal: Av. Augusto Franco, nº 2260, Siqueira Campos, Aracaju/SE. CEP 49750-100			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
<ul style="list-style-type: none"> - Art. 144 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. - Criada como Sub-Delegacia Regional pela Port. 163, de 15/04/65, BS. 073, de 20/04/65. Transformada em Divisão pelo Dec.70.665, de 02/06/72, DOU. 104, de 05/06/72. Elevada para Superintendência Regional pela Port. 039/75, BS. 052/75 - Transformação em Superintendência Regional - Port. 039, de 17/03/75, publicado no BS. 052, de 18/03/75. - Criação de DAS - Dec. 77.649, de 19/05/76, publicado no DOU. 097, de 20/05/76. 			
Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-fim da Polícia Federal – FUNAPOL:			
- Lei Complementar 89, de 18.02.1997.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
<ul style="list-style-type: none"> - Decreto nº 6.061, de 15.03.2007. - Portaria nº 2.877/MJ, de 30.12.2011, que aprova o Regimento Interno. - Instrução Normativa nº 13/DG-DPF, de 15/06/2005, define as competências específicas das unidades centrais e descentralizadas do Departamento de Polícia federal e as atribuições de seus dirigentes -alterada pela IN Nº 17/08-DG/DPF; -alterada pela IN Nº 39/2010-DG/DPF. 			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
- Publicação da Carta de Serviços ao Servidor, disponível em meio eletrônico (intranet.dpf.gov.br/srse), a partir do dia 16 de novembro de 2011, aniversário da Polícia Federal. O referido instrumento foi publicado a fim de promover a divulgação dos serviços mais relevantes prestados ao público interno pela área de recursos humanos da PF, bem como proporcionar conhecimento dos demais serviços e processos disponíveis dentro do órgão que são de interesse do servidor. A iniciativa facilitará o acesso do usuário e aumentará a transparência na prestação dos serviços. A Carta de Serviços ao Servidor é uma ferramenta de gestão fornecida no âmbito do Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização – GesPública.			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
200344	Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado de Sergipe (TESOURO)		
200345	Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado de Sergipe (FUNAPOL)		
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
00001	Tesouro Nacional		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
200344		00001	
200345		00001	

ORGANOGRAMA FUNCIONAL

A Superintendência Regional de Polícia Federal em Sergipe está estruturada em 03 (três) unidades operacionais, composta pela sede da Superintendência, pelo Grupo de Polícia Marítima – GPOM, localizado no Terminal TEMIB, na cidade de Barra dos Coqueiros e pela Delegacia de Imigração, no Aeroporto Santa Maria, em Aracaju/SE.

O organograma funcional apresentado pelo Regimento Interno do Departamento de Polícia Federal (Regimento Interno - Anexo da Portaria 2.877 do Ministério da Justiça, de 30 de dezembro de 2011) para a SR/DPF/SE é o seguinte:



Estrutura Organizacional (extraída do Regimento Interno - Anexo da Portaria 2.877 do Ministério da Justiça, de 30 de dezembro de 2011):

Art. 3º As Superintendências Regionais nos Estados e as Delegacias de Polícia Federal são compostas pela estrutura definida nos Anexos II a XXVIII deste Regimento Interno.

Art. 41 As Superintendências Regionais são subordinadas administrativamente ao Diretor-Geral e vinculadas técnica e normativamente às Unidades Centrais.

ANEXO XXVII SERGIPE

I - SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL EM SERGIPE - SR/DPF/SE:

- a) Núcleo de Inteligência Policial - NIP;
- b) Núcleo de Tecnologia da Informação - NTI;
- c) Setor de Recursos Humanos - SRH;
- d) Setor Técnico-Científico - SETEC;
- e) Setor de Administração e Logística Policial - SELOG;

1. Núcleo de Execução Orçamentária e Financeira - NEOF; e
 2. Núcleo Administrativo - NAD;
- f) Delegacia Regional Executiva - DREX:
1. Núcleo de Operações - NO;
 2. Delegacia de Polícia de Imigração - DELEMIG;
 3. Delegacia de Controle de Armas e Produtos Químicos - DELEAQ; e
 4. Delegacia de Controle de Segurança Privada - DELESP;
- g) Delegacia Regional de Investigação e Combate ao Crime Organizado - DRCOR:
1. Núcleo de Cartório - NUCART;
 2. Delegacia de Repressão a Crimes contra o Patrimônio e ao Tráfico de Armas - DELEPAT;
 3. Delegacia de Repressão a Crimes Previdenciários - DELEPREV;
 4. Delegacia de Repressão a Drogas - DRE;
 5. Delegacia de Repressão a Crimes Fazendários - DELEFAZ;
 6. Delegacia de Defesa Institucional - DELINST; e
 7. Delegacia de Repressão a Crimes Contra o Meio-Ambiente e Patrimônio Histórico - DELEMAPH;
- h) Corregedoria Regional de Polícia Federal - COR:
1. Núcleo de Disciplina - NUDIS; e
 2. Núcleo de Correções - NUCOR.

Competência das Superintendências Regionais do DPF (Regimento Interno do Departamento de Polícia Federal):

Artigo 20. Às Superintendências Regionais, na sua área de atuação, compete:

I - planejar, dirigir, supervisionar, coordenar, orientar, fiscalizar e avaliar a execução das atividades, ações e operações correlatas a atuação da Polícia Federal;

II - administrar as Unidades sob sua subordinação, em consonância com as normas legais vigentes e com as diretrizes emanadas das Unidades Centrais;

III - propor diretrizes específicas de prevenção e repressão aos crimes de atribuição do Departamento, a fim de subsidiar o planejamento operacional das Unidades Centrais;

IV - executar operações policiais integradas com as Unidades Centrais, relacionadas à repressão uniforme dos crimes de atribuição do Departamento;

V - apoiar as Unidades Centrais nas inspeções às suas unidades, dispondo dos meios e das informações necessárias;

VI - promover estudos e dispor de dados acerca das ações empreendidas, e consolidar relatórios de avaliação de suas atividades, com vistas a subsidiar o processo de gestão das Unidades Centrais; e

VII - adotar ações de controle e zelar pelo uso e manutenção adequada dos bens imóveis, equipamentos, viaturas, armamentos e outros materiais sob guarda da Superintendência.

Competência do Superintendente Regional (Regimento Interno - Anexo da Portaria 2.877 do Ministério da Justiça, de 30 de dezembro de 2011):

Art. 35. Aos Superintendentes Regionais, no âmbito da área de atuação de cada Superintendência, incumbe:

I - promover o desenvolvimento das atividades, ações e operações referentes às atribuições da Polícia Federal;

II - cumprir e fazer cumprir ordens do Diretor-Geral e as normas e diretrizes emanadas das unidades centrais;

III - aprovar programas, projetos, planos de trabalho e de metas, com vistas ao cumprimento de seus objetivos e das metas setoriais;

IV - propor e promover a execução de planos de operações conjuntas com outras unidades ou outros órgãos governamentais de segurança ou fiscalização, com a

participação de pessoal lotado em suas unidades, e integrar missões policiais especiais;

V - expedir portarias, ordens e instruções de serviço regulamentadoras das normas emanadas das unidades centrais;

VI - indicar servidores ao Diretor-Geral para o provimento de cargos de direção, assessoramento superior e de funções gratificadas, no âmbito da Superintendência, bem assim propor sua exoneração e dispensa;

VII - instaurar, arquivar, determinar a instauração e outras providências relativas à apuração de notícia ou de representação em razão de supostas infrações praticadas por servidores no âmbito da Superintendência Regional, sem prejuízo da atribuição dos chefes de delegacias descentralizadas;

VIII - decidir os procedimentos administrativos disciplinares instaurados na Superintendência Regional, quando a pena for de advertência, repreensão ou suspensão de até 30 (trinta) dias, exceto os processos de cunho acusatório se pelo menos um dos acusados estiver lotado em outra Superintendência;

IX - propor ao Diretor-Geral a instauração ou arquivamento de processos administrativos disciplinares e as penalidades cuja aplicação está prevista no âmbito de sua atribuição e as que devam ser decididas em instância superior;

X - submeter à decisão do Diretor-Geral os recursos interpostos contra indeferimento de abertura de inquérito policial ou arquivamento de denúncias ou representações para instauração de procedimentos administrativos disciplinares;

XI - avocar, para decisão ou revisão, assuntos de natureza policial ou administrativa, sem prejuízo das atribuições previstas aos demais dirigentes, no âmbito de suas unidades;

XII - dar posse aos servidores ocupantes de cargos efetivos, aos titulares de funções gratificadas e de cargos em comissão;

XIII - designar os membros integrantes das Comissões de Disciplina;

XIV - decidir os recursos interpostos contra decisões administrativas no âmbito da Superintendência;

XV - autorizar o emprego dos recursos financeiros destinados às suas respectivas unidades;

XVI - cooperar com as unidades centrais e coordenar meios e esforços para obter maior agilidade e efetividade das ações, com vistas à solução de problemas e à consecução de objetivos em comum fixados pela Polícia Federal;

XVII - dispor de um fluxo de informações ágil e efetivo, a fim de propiciar aos níveis decisórios centrais dados atualizados e confiáveis sobre o andamento das operações policiais;

XVIII - conceder porte federal de arma;

XIX - promover e manter atualizado o controle estatístico referente às incidências criminais, à eficiência e eficácia de suas ações, e consolidar indicadores para auxiliar as Diretorias na elaboração de seus relatórios de avaliação e desempenho, com vistas à subsidiar a tomada de decisões do Diretor-Geral e demais níveis decisórios centrais; e

XX - receber notificações oriundas do Poder Judiciário e prestar informações correlatas à sua área de atuação.

INTRODUÇÃO

O presente relatório tem por objetivo apresentar a análise do desempenho institucional e da gestão orçamentária e financeira da Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado de Sergipe no ano de 2011, de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 108/2010 e da Portaria TCU nº 123/2011.

O conteúdo geral deste relatório está estruturado de forma sequencial, segundo os itens relacionados no Anexo II, DN TCU nº 107/2010:

- informações gerais de identificação, informações sobre o planejamento e gestão

- orçamentária e financeira;
- informações sobre o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos;
- informações sobre restos a pagar de exercícios anteriores;
- informações sobre os recursos humanos;
- informações sobre critérios ambientais de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e contratação de serviços;
- informações sobre a gestão do patrimônio imobiliário;
- informações sobre a gestão de tecnologia da informação ;
- informações sobre a utilização de cartões de pagamento do governo federal; e
- declaração referente ao registro de contratos no sistema SIASG.

Não se aplicam à natureza jurídica desta Unidade Jurisdicionada os itens referentes a:

- a) demonstrativo da Execução por Programa de Governo;
- b) programação de despesas correntes;
- c) programação de despesas de capital;
- d) programação de despesas e da reserva de contingência;
- e) transferências de recursos mediante convênio;
- f) programação orçamentária da despesa;
- g) renúncia tributária;
- h) contratos e convênios com repasse de recursos.

Não houve reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos do exercício de 2011.

Não houve instauração de processo administrativo disciplinar para apurar responsabilidade sobre prejuízo causado à Administração Pública.

No exercício de 2011 não houve deliberações exaradas em acórdãos do TCU ou em relatório de auditoria da CGU, nem recomendações realizadas pela CGU e nem pela unidade de controle interno.

ITEM 2 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010

2.1) Responsabilidades institucionais

2.1.1) COMPETÊNCIA INSTITUCIONAL

O Departamento de Polícia Federal é um órgão do Ministério da Justiça, que tem suas raízes na Intendência Geral da Polícia da Corte do Estado do Brasil de Dom João VI de 1808, a qual foi posteriormente transformada em Departamento Federal de Segurança Pública, Decreto-Lei 6378/44, tomando a sua atual constituição por meio do Decreto-Lei nº 200/1967, e faz parte, portanto, da administração direta do Governo Federal. A Polícia Federal é representada nos Estados por suas Superintendências, que aplicam os créditos orçamentários e os recursos financeiros, como unidades gestoras, situação da Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal em Sergipe.

As atribuições da Polícia Federal estão previstas na Constituição Federal, sendo um dos agentes responsáveis pela segurança pública nacional, devendo atuar na preservação da ordem pública, da incolumidade das pessoas e do patrimônio público. Mais especificamente, a Polícia

Federal deve “*apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei; prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência; exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras; e exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União.*” (art. 144, parágrafo §1º, inciso I, Constituição Federal).

Dessa forma, a Polícia Federal apura os crimes contra o meio ambiente, contra a ordem tributária, contra o Sistema Financeiro de Habitação, contra a Previdência Social, contra os serviços postais, contra a organização do trabalho, contra os índios, contra os direitos humanos, os crimes eleitorais, de genocídio, de tráfico ilícito de drogas, dentre outros.

Cabe, ainda, à Polícia Federal às seguintes atribuições: Controle Migratório (Lei nº 6.815/1980 - Estatuto do Estrangeiro); Controle de Armas (Lei nº 10.826/2003 - SINARM); Controle de Empresas de Segurança Privada (Lei nº 7.102/1983 e Lei nº 9.017/1995); Controle de Precursores Químicos - que possam ser utilizados no preparo de substâncias entorpecentes (Lei nº 10.357/2001); Segurança de Dignitários - oficiais e autoridades estrangeiras (Lei nº 4.483/1964); Identificação Criminal e Civil (Lei nº 4.483/1964); Segurança ao Patrimônio da União coibindo turbação ou esbulho possessório (Lei nº 10.683/2003); Serviço de Estatística Criminal (Código de Processo Penal); Controle de Conflitos Fundiários (Decreto nº 5.834/2004); Representação Externa – INTERPOL (Lei nº 4.483/1964), e Proteção às Testemunhas (Lei 9.807/1999).

2.1.2) OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

O Departamento de Polícia Federal tem seu planejamento estratégico baseado no modelo de cenários prospectivos. Através da Portaria nº 1735/2010-DG/DPF, de 03/11/2010 o Plano Estratégico do DPF para o período de 2007/2022 foi revisado, de modo a adequá-lo à nova realidade de gestão estratégica, resultando no planejamento estratégico para o período de 2010-2022, representado por três instrumentos:

- Plano;
- Portfólio, que servirá como base para a estruturação, elaboração e consolidação dos Planos Plurianuais da Polícia Federal;
- Mapa;

Os objetivos Institucionais vigentes, previstos no planejamento estratégico são:

- a) Fortalecer a cultura de gestão estratégica
- b) Valorizar o Servidor
- c) Reduzir a Criminalidade
- d) Promover a Cidadania
- e) Incrementar os Acordos e Parcerias
- f) Otimizar o Emprego dos Bens e Recursos Materiais
- g) Consolidar a Governança em Tecnologia da Informação
- h) Integrar o Orçamento ao Planejamento Estratégico

2.2) Estratégias de atuação frente às responsabilidades institucionais

2.2.1) Análise do andamento do plano estratégico da unidade em 2011

A Superintendência Regional do DPF em SE atua cumprindo suas atribuições legais, seguindo as diretrizes da Unidade Central, Diretorias e Coordenações, em conformidade com o Planejamento Estratégico 2010-2022.

Em conjunto com as Unidades Centrais, outras Superintendências do DPF, demais forças de segurança pública e órgãos de governo das três esferas, esta Regional busca realizar ações coordenadas visando a prevenção e repressão aos crimes cuja apuração seja de sua competência.

Seguindo as diretrizes da Direção-Geral para o exercício de 2011, as ações previstas na Lei Orçamentária Anual, bem com a missão e a visão de futuro da instituição, a Superintendência Regional do DPF em Sergipe atuou fortemente no combate à criminalidade na sua circunscrição, tendo realizado diversas operações policiais de combate ao crime organizado, ao contrabando e descaminho, ao tráfico de drogas e armas, lavagem de dinheiro, entre outros delitos.

O atendimento ao cidadão mereceu especial atenção, com esforços voltados para aperfeiçoar os meios para facilitar a obtenção de passaportes e certidões em prazos mais curtos, bem como assegurar melhorias na prestação do serviço no aeroporto e no atendimento a estrangeiros. Prosseguiu-se a campanha do desarmamento, em paralelo a um rigoroso controle da aquisição de armas de fogo, do registro das armas e a emissão de portes de armas.

2.2.2) Análise do plano de ação referente ao exercício de 2011

O DPF mantém operações de caráter permanente, instituídas pelo órgão Central, atendendo ao seu Plano Estratégico de médio e longo prazo, como por exemplo, a Operação Arco de Fogo, com foco à repressão ao desmatamento ilegal em regiões da Amazônia e ao combate aos crimes contra a fauna e flora brasileiras. Servidores desta UJ participam dessas operações.

Quadro A.2.2.1 - Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012
09	272	0089	0181	OP	3	N/A	N/A	4.300,44	N/A
06	181	0662	2586	A	3	N/A	N/A	4.280,00	N/A
			2679	A	3	N/A	N/A	81.000,00	N/A
			2720	A	3	N/A	N/A	74.253,08	N/A
			2726	A	3	N/A	N/A	803.433,67	N/A
			4572	A	3	N/A	N/A	2.650,00	N/A
04	122	0750	2000	A	3	N/A	N/A	3.112.425,36	N/A

Fonte: SIAFI GERENCIAL

¹ Tipo da Ação: P – Projeto; A – Atividade e OP – Operação Especial

² Prioridade: 1 – Ação do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) exceto PPI, 2 – Ação do PPI (Projeto Piloto de Investimento), 3 – Demais ações prioritárias, 4 – Ação não prioritária;

³ O campo preenchido com o código “NA” – Não se Aplica. Seguiu-se a orientação da CGU para a hipótese de que UJ opere apenas como executora da ação. As metas físicas e financeiras estabelecidas na LOA e constante no SIGPLAN se referem a todo DPF.

2.3) Programas de Governo sob a responsabilidade da unidade

2.3.1) Execução dos programas finalísticos de Governo sob a responsabilidade da UJ

2.3.1.1 – Programa 0662 - Prevenção e Repressão à Criminalidade

Esta Unidade Jurisdicionada recebeu recursos para execução do programa de governo 0662, constante no PPA 2008/2011, nas atividades 2586, 2679, 2720, 2726 e 4572. Abaixo quadros demonstrativos contendo análise pormenorizada dos dados referentes à execução dessas atividades, sob responsabilidade desta Unidade Jurisdicionada.

2.3.1.1.2 - Atividade 2586 – Sistema de Emissão de Passaporte e de Controle do Tráfego Internacional.

ATIVIDADE	Despesas Empenhadas (R\$)	Despesas Liquidadas (R\$)	Restos a pagar não processados (R\$)	Valores Pagos (R\$)
2586	4.280,00	0,00	4.280,00	0,00

Fonte: SIAFI GERENCIAL

2.3.1.1.3 – Atividade 2679 - Fiscalização e Controle de Empresas de Produção, Transporte e Comércio de Precursores Químicos.

ATIVIDADE	Despesas Empenhadas (R\$)	Despesas Liquidadas (R\$)	Restos a pagar não processados (R\$)	Valores Pagos (R\$)
2679	81.000,00	2.500,00	78.500,00	2.500,00

Fonte: SIAFI GERENCIAL

2.3.1.1.4 – Atividade 2720 – Ações de Caráter Sigiloso na Área de Segurança Pública.

ATIVIDADE	Despesas Empenhadas (R\$)	Despesas Liquidadas (R\$)	Restos a pagar não processados (R\$)	Valores Pagos (R\$)
2720	74.253,08	74.253,08	0,00	74.253,08

Fonte: SIAFI GERENCIAL

2.3.1.1.5 – Atividade 2726 – Prevenção e Repressão a Crimes Praticados contra Bens, Serviços e Interesses da União.

ATIVIDADE	Despesas Empenhadas (R\$)	Despesas Liquidadas (R\$)	Restos a pagar não processados (R\$)	Valores Pagos (R\$)
2726	803.433,67	803.433,67	0,00	803.433,67

Fonte: SIAFI GERENCIAL

2.3.1.1.6 – Atividade 4572 – Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação.

ATIVIDADE	Despesas Empenhadas (R\$)	Despesas Liquidadas (R\$)	Restos a pagar não processados (R\$)	Valores Pagos (R\$)
4572	2.650,00	2.650,00	0,00	2.650,00

Fonte: SIAFI GERENCIAL

2.3.1.2 – Programa 0750 – Apoio Administrativo

2.3.1.2.1 – Atividade 2000 – Administração da Unidade.

ATIVIDADE	Despesas Empenhadas (R\$)	Despesas Liquidadas (R\$)	Restos a pagar não processados (R\$)	Valores Pagos (R\$)
2000	12.407,69	12.407,69	0,00	12.407,69

Fonte: SIAFI GERENCIAL

2.3.2) Execução dos programas de apoio às políticas públicas e áreas especiais sob a responsabilidade da UJ

2.3.2.1 – Programa 0750 - Apoio Administrativo

2.3.2.1.1 – Atividade 2000 – Administração da Unidade.

ATIVIDADE	Despesas Empenhadas (R\$)	Despesas Liquidadas (R\$)	Restos a pagar não processados (R\$)	Valores Pagos (R\$)
2000	3.100.017,67	2.640.744,35	459.273,32	2.640.744,35

Fonte: SIAFI GERENCIAL

2.3.2.2 – Programa 0089 – Previdência de Inativos e Pensionistas da União

2.3.2.2.1 – Atividade 0089 – Pagamento de Aposentadorias e Pensões – Servidores Civis.

ATIVIDADE	Despesas Empenhadas (R\$)	Despesas Liquidadas (R\$)	Restos a pagar não processados (R\$)	Valores Pagos (R\$)
0181	4.300,44	4.300,44		4.300,44

Fonte: SIAFI GERENCIAL

Análise Crítica

AÇÕES FINALÍSTICAS – No âmbito das ações finalísticas voltadas à redução da criminalidade esta UJ intensificou as ações de repressão ao tráfico de drogas, de armas e à lavagem de dinheiro, bem como de combate à corrupção e ao crime organizado, entre outras, resultando em uma melhora nos resultados obtidos.

A Delegacia de Repressão a Drogas incrementou as ações de repressão ao tráfico e comércio de substâncias entorpecentes e drogas afins, resultando em aumento significativo das apreensões de entorpecentes, com 607,27% de aumento na apreensão de maconha, 24,05% de aumento na apreensão de cocaína/crack, conforme quadro comparativo abaixo:

DRE/DRCOR/SR/DPF/SE

APREENSÕES	2009	2010	2011	%
Cocaína/Crack (kg)	28	368	456,5	24,05
Maconha (kg)	4	378	2.673,50	607,27

Foi dada continuidade à política de realizar ações conjuntas e a interlocução com outros Órgãos do Governo na esfera Federal, Estadual e Municipal. Assim, foram desenvolvidos trabalhos de inteligência, troca de informações e experiências, além das operações propriamente ditas, o que possibilitou êxito em diversos trabalhos desencadeados.

Dentro desse contexto, a SR/DPF/SE intensificou a fiscalização das organizações envolvidas com a cadeia produtiva que envolve precursores químicos visando combater o comércio ilegal desses produtos, com a expedição de licenças, notificações e termo de ciências às mesmas, conforme quadro abaixo.

ATIVIDADES DE CONTROLE	
LICENÇAS EXPEDIDAS	109
NOTIFICAÇÕES	02
TERMO DE CIÊNCIA	05

Fonte: Delegacia Regional de Combate ao Crime Organizado – DRCOR/SR/DPF/SE

Em conformidade com o planejamento estratégico do DPF, a SR/DPF/SE procurou dar mais celeridade na tramitação dos Inquéritos Policiais, resultando num aumento de 10,64% no índice de inquéritos relatados e de 4,78% de inquéritos instaurados, conforme quadro comparativo abaixo. Também houve um aumento significativo de inquéritos em andamento, resultado da intensificação das ações preventivas e repressivas praticadas por esta UJ.

Unidade	Movimentação de Inquéritos Policiais	2009	2010	2011	Variação 2011/2010
SR/DPF/ SE	Relatados	655	498	551	10,64 %
	Instaurados	563	606	635	4,78 %
	Andamento	72	152	387	154,6 %

Fonte: SISCART/DPF

O Setor Técnico Científico, em razão da intensificação das ações desta UJ, aumentou a emissão de laudos periciais em 81,79%, e informações técnicas em 8,70%, em atendimento a solicitações das diversas delegacias desta UJ, do Poder Judiciário Federal e Estadual e de outros órgãos da Administração Pública Federal, conforme quadro comparativo abaixo. Este incremento é resultado direto da intensificação das ações finalísticas realizadas por esta UJ.

QUADRO COMPARATIVO DAS AÇÕES DO SETEC/SR/SE

	2009	2010	2011	Variação (%)
Laudos	320	346	629	81,79
Informações Técnicas	22	46	50	8,70

Em razão do contingenciamento orçamentário realizado pelo Governo Federal, da ordem de R\$ 50 bilhões, diversas atividades da UJ tiveram sua execução prejudicada.

Não foi possível intensificar as ações de emissão de passaporte, uma vez que se fazia necessário a aquisição de mais equipamentos para possibilitar o aumento no atendimento/dia. Foi disponibilizado para esta UJ crédito orçamentário para aquisição de mobiliário para o Núcleo de

Emissão de Passaporte e o Núcleo de Registro de Estrangeiros, mas não foi possível sua aplicação em razão da demora na análise no referido processo licitatório pela Consultoria Jurídica da União – AGU/SE, que, por entendimento equivocado, devolveu o processo acreditando tratar-se de ação de padronização, quando na realidade tratava-se de aquisição pura e simples de mobiliário comum.

A Fiscalização e controle de empresas de produção, transporte e comércio de precursores químicos; a prevenção e repressão a crimes praticados contra bens, serviços e interesses da União; a fiscalização e controle de empresas de segurança privada e das empresas de formação de vigilantes foram prejudicadas pela falta de pessoal e pelo contingenciamento orçamentário.

2.4.) Execução Orçamentária da Despesa Realizada Pela UJ

As metas estabelecidas na Lei Orçamentária Anual, constantes no SIGPLAN, são aquelas consolidadas para todo o DPF e acompanhadas pelo Gerente Executivo do seu respectivo Programa, as quais constarão em Relatório específico do Órgão Central. Sendo assim, os dados discriminados no quadro adiante são aqueles disponíveis nesta Unidade Jurisdicionada, consolidados pelos setores responsáveis.

Quadro A.2.4.1 - Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação

Em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2011	2010	2011	2010
Licitação	1.521.453,23	1.152.759,55	1.521.453,23	1.018.673,04
Convite		-		-
Tomada de Preços		-		-
Concorrência		-		-
Pregão	1.521.453,23	1.152.759,55	1.521.453,23	1.018.673,04
Concurso		-		-
Consulta		-		-
Contratações Diretas	1.831.409,04	905.636,75	1.831.409,04	870.026,53
Dispensa	546.521,38	613.986,66	546.521,38	605.519,30
Inexigibilidade	258.365,28	291.650,09	258.365,28	264.507,23
Não se aplica	1.026.522,38	0,00	1.026.522,38	0,00
Regime de Execução Especial	183.126,52	149.145,26	183.126,52	149.145,26
Suprimento de Fundos	183.126,52	149.145,26	183.126,52	149.145,26
Pagamento de Pessoal	802.491,97	1.505.253,92	802.491,97	1.505.253,92
Pagamento em Folha	4.300,44	3.927,72	4.300,44	3.927,72
Diárias	798.191,53	1.501.326,20	798.191,53	1.491.622,16
Outras		239.366,40		239.366,40
Totais	4.338.480,76	3.952.161,88	4.338.480,76	3.782.463,15

Fonte: SIAFI Gerencial

Quadro A.2.4.2 – Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
1-Despesas de Pessoal	4.300,00	3.927,72	4.300,44	3.927,72	0,00	0,00	4.300,44	3.927,72
08 Outros Benefícios Assistenciais	4.300,44	3.927,72	4.300,44	3.927,72	0,00	0,00	4.300,44	3.927,72
92 Despesas Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2 – Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3- Outras Despesas Correntes	3.598.521,82	3.669.975,91	3.286.858,79	3.425.474,17	311.663,02	66.395,89	3.286.858,79	3.425.474,17
14 Diárias - Pessoal Civil	798.191,53	1.501.326,20	798.191,53	1.501,326,20	0,00	0,00	798.191,53	1.501.326,20
30 Materiais De Consumo	322.388,68	244.501,74	301.571,45	244.501,74	20.817,23	0,00	301.571,45	243,334,38
33 Passagens E Despesas Com Locomoção	133.708,53	240.000,00	117.734,96	173.604,11	15.973,57	66.395,89	117.734,96	173.604,11
36 Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Física	57.561,12	28.078,87	57.561,12	28.078,87	0,00	0,00	57.561,12	28.078,87
37 Locação De Mão-De-Obra	661.325,30	262.078,32	605.796,11	262.078,32	55.529,19	0,00	605.796,11	262.078,32
39 Outros Serviços De Terceiros PJ - Op.Int.Orc.	1.393.334,84	1.388.455,58	1.173.991,80	1.388.455,58	219.343,03	0,00	1.173.991,80	1.388.455,58
47 Obrigações Tributárias E Contributivas	3.646,06	0,00	3.646,06	0,00	0,00	0,00	3.646,06	0,00
92 Despesas de Exercícios Anteriores	44.016,97	5.535,20	44.016,97	5.535,20	0,00	0,00	44.016,97	5.535,20
93 Indenizações e Restituições	184.348,79	0,00	184.348,79	0,00	0,00	0,00	184.348,79	0,00

Fonte: SIAFI

Quadro A.2.4.3 – Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação.

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
4- Investimentos								
51 - Obras e Instalações - OP.Int.Orc.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
52- Equip. Material Permanente - Op. Intra-Orc.	478.925,29	43.955,21	248.535,00	43.955,21	230.390,29	0,00	248.535,00	36.655,51
93 – Indenizações e restituições	595,00	0,00	595,00	0,00	0,00	0,00	595,00	0,00

Fonte: SIAFI Gerencial

CONSIDERAÇÕES

Alterações significativas ocorridas no exercício:

Contingenciamento no exercício: O contingenciamento de créditos orçamentários e despesas financeiras ocorrido no exercício teve impacto na relação com os fornecedores, com atrasos no pagamento de faturas e dificuldades no cumprimento dos contratos, e também nas ações dos servidores da Polícia Federal, utilização de viaturas (combustíveis) e com pagamento de passagens e diárias para deslocamento.

Eventos negativos que prejudicaram a execução orçamentária: O contingenciamento de recursos, a tempestividade na sua liberação e a demanda crescente por servidores tiveram reflexos negativos na atuação da Superintendência, não chegando a comprometer o cumprimento dos objetivos propostos. Todavia, a situação em foco demonstra que, com a crescente demanda por serviços que a Polícia Federal deve desempenhar para o combate à criminalidade e atendimento aos cidadãos, sobretudo quando se aproximam grandes eventos internacionais que o País sediará, os recursos humanos e materiais constituirão fatores decisivos para o melhor cumprimento das missões da Polícia Federal.

2.5.) Indicadores Institucionais da Unidade Jurisdicionada

O Departamento de Polícia Federal tem buscado desenvolver instrumentos e mecanismos que possibilitem avaliar, de forma consistente, o resultado de seu desempenho institucional, de modo a subsidiar as decisões de seu corpo diretivo, e, também, melhor prestar contas à sociedade e ao Governo Federal sobre sua atuação.

Atendendo às recomendações do órgão de Controle Interno da Presidência da República no sentido de estabelecer indicadores de desempenho para medir os produtos, serviços e resultados alcançados pela gestão da Polícia Federal quanto aos objetivos estratégicos, houve contratação de instituições que ficariam incumbidas deste propósito em exercícios anteriores,, a exemplo do Instituto de Desenvolvimento Gerencial - INDG e da Fundação Getúlio Vargas – FGV. Todavia, em função dos fatores diversos e diante dos resultados iniciais apresentados, restou prejudicado o atendimento na apresentação dos índices demandados.

Ocorre, entretanto, que foi criado o Centro Integrado de Gestão Estratégica - CIGE/DPF, instituído pela Portaria nº 1.990/2010-DG/DPF, de 30 de novembro de 2010, diretamente subordinado ao Diretor-Geral, o qual possui, entre outras atribuições, propor normas, critérios, mecanismos e diretrizes específicas referentes a medidores de desempenho e prospecção de cenários, exceto ao que se referir à atividade de inteligência policial.

Desta forma, pretende-se fortalecer a cultura de gestão estratégica, a necessidade de integrar e avaliar as iniciativas de modernização da gestão, bem como a política de planejar a administração dos sistemas e macroprocessos da Polícia Federal, de maneira permanente e flexível, a fim de adaptá-los com rapidez às novas metodologias gerenciais e às evoluções de cenários.

Nos próximos anos, deverão ser desenvolvidas ações que implicarão na elaboração dos indicadores de desempenho no âmbito desta Polícia Federal, mediante a definição e monitoramento das metas a serem atendidas, inclusive em relação aos acordos e convênios firmados com entes nacionais e estrangeiros.

A SR/DPF/SE não tem indicadores institucionais estabelecidos para aferição do seu desempenho.

Quadro A.2.4 - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Valores em R\$ 1,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos					
	Recebidos	200334		4.300,44		3.599.116,82
Movimentação Externa	Concedidos					
	Recebidos					
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital		
				4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos					
	Recebidos	200334		478.925,29		
Movimentação Externa	Concedidos					
	Recebidos					

Fonte:

ITEM 4 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010

4.1) Pagamentos e cancelamentos de restos a pagar de exercícios anteriores

Valores em
R\$ 1,00

Quadro A.4.1 - Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2011	0,00	0,00	0,00	0,00
2010	10.570,24	0,00	10.570,24	0,00
2009	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2011	0,00	0,00	346.037,79	0,00
2010	0,00	0,00	59.101,70	0,00
2009	0,00	0,00	182.823,59	0,00

Observações: Exceto as considerações expostas adiante, não há nenhuma análise adicional digna de registro.

Fonte: SIAFI Gerencial

OBS.: Saldos a pagar em 31/12: Montante Inscrito – Cancelados – Pagos = saldo a pagar em 31/12.

ITEM 5 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010

5.1) Composição do Quadro de Servidores Ativos

Quadro A.5.1 – Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1 Provimento de cargo efetivo (1.1 + 1.2)	-	-	-	-
1.1 Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-
1.2 Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	-	143	-	-
1.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	-	143	-	-
1.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
1.2.3 Servidor de carreira em exercício provisório	-	-	-	-
1.2.4 Servidor requisitado de outros órgãos e esferas	-	-	-	-
2. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-
3. Total de servidores (1+2)	-	143	-	-

Fonte: Planilha SRH/SIAPE - situação apurada em 31/12

Quadro A.5.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de pessoas na situação em 31 de dezembro
1. Cédidos (1.1+1.2+1.3)	02
1.1.Exercício de Cargo em Comissão	02
1.2.Exercício de Função de Confiança	
1.3.Outras situações previstas em leis específicas (especificar as leis)	
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	
2.1.Para Exercício de Mandato Eletivo	
2.2.Para Estudo ou Missão no Exterior	
2.3.Para Serviço em Organismo Internacional	
2.4.Para Participação em Programa de Pós-graduação Stricto Sensu no País	
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	02
3.1.De ofício, no interesse da Administração	02
3.2.A pedido, a critério da Administração	
3.3.A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	
3.4.A pedido, independentemente do interesse da Administração por Motivo de saúde	
3.5.A pedido, independentemente do interesse da Administração por Processo seletivo	
4. Licença remunerada (4.1+4.2)	01
4.1.Doença em pessoa da família	
4.2.Capacitação	01
5. Licença não remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	01
5.1.Afastamento do cônjuge ou companheiro	
5.2.Serviço militar	
5.3.Atividade política	
5.4.Interesses particulares	01
5.5.Mandato classista	
6. Outras situações (Especificar o ato normativo)	
7. Total de servidores afastados em 31 de dezembro (1+2+3+4+5+6)	06

Fonte: Planilha SRH/SIAPE - situação apurada em 31/12

Quadro A.5.3 – Detalhamento estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ
(Situação em 31 de dezembro)

Tipologias dos cargos em comissão e das funções gratificadas	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em comissão	04	04		
1.1. Cargos Natureza Especial				
1.2. Grupo Direção e Assessoramento superior	04	04	01	01
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	04	04	01	01
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado				
1.2.3. Servidores de outros órgãos e esferas				
1.2.4. Sem vínculo				
1.2.5. Aposentados				
2. Funções gratificadas	20	20	01	01
2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	20	20	01	01
2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado				
2.3. Servidores de outros órgãos e esferas				
3. Total de servidores em cargo e em função (1+2)	24	24	24	24

Fonte: Planilha SRH/SIAPE - situação apurada em 31/12

Quadro A.5.4 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária - Situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de cargo efetivo	13	47	31	23	03
1.1. Membros de poder e agentes políticos					
1.2. Servidores de Carreira	13	47	31	23	03
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0
2. Provimento de cargo em comissão		11	07	06	
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior		02		02	
2.3. Funções gratificadas		09	07	04	
3. Totais (1+2)	13	58	38	29	0

Fonte: Planilha SRH/SIAPE - situação apurada em 31/12

Quadro A.5.5 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de pessoas por nível de escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de cargo efetivo					05	96	15	01	
1.1. Membros de poder e agentes políticos									
1.2. Servidores de Carreira					05	96	15	01	
1.3. Servidores com Contratos Temporários									

2. Provimento de cargo em comissão					03	20	01		
2.1. Cargos de Natureza Especial									
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior						03	01		
2.3. Funções gratificadas					03	17			
3. Totais (1+2)					08	116	16	01	

Fonte: Planilha SRH/SIAPE
Situação apurada em 31/12

LEGENDA
Nível de Escolaridade
1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

5.2) Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

O envio de informações alusivas a atos de admissão de pessoal e concessão de aposentadoria, reforma e pensão à CGU, nos termos do art. 7º da IN/TCU nº 55/2007, bem como o registro no sistema SISAC são realizados pela Coordenação de Recursos Humanos (CRH) da Diretoria de Gestão de Pessoal (DGP) do DPF. Assim, as informações pertinentes aos atos de admissão e concessão de aposentadoria do Departamento de Polícia Federal, inclusive desta Superintendência Regional, constarão no Relatório de Gestão do Órgão Central do DPF. Os quadros expostos adiante, sobre aposentadorias e pensões concedidas no âmbito da SR/DPF/SE, referem-se a dados apenas ano exercício de 2011, de forma que o quantitativo (total) de servidores inativos ou de pensionistas é acompanhado pela CRH/DGP/DPF.

Quadro A.5.6 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31 de dezembro

Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantidade	
	De servidores aposentados até 31/12	De aposentadorias iniciadas no exercício de referência
1. Integral	11	
1.1 Voluntária	11	
1.2 Compulsória		
1.3 Invalidez Permanente		
1.4 Outras		
2. Proporcional		
2.1 Voluntária		
2.2 Compulsória		
2.3 Invalidez Permanente		
2.4 Outras		
3. Totais (1+2)	11	

Fonte: Planilha do Setor de Recursos Humanos/SR/DPF/SE – situação em 31/12

Quadro A.5.7 - Composição do Quadro de Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12

Regime de proventos do servidor instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no exercício de referência
1. Aposentado	72	-
1.1. Integral	04	-
1.2. Proporcional		-
2. Em Atividade		-
3. Total (1+2)	76	-

5.3) Composição do Quadro de Estagiários

Quadro A.5.8 - Composição do Quadro de Estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágios vigentes				Despesas no exercício (em R\$1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	05	05	07	08	R\$ 9.100,00
1.1 Área Fim					
1.2 Área Meio	05	05	07	08	
2. Nível Médio	08	10	12	12	R\$ 8.526,00
2.1 Área Fim					
2.2 Área Meio	08	10	12	12	
3. Total (1+2)	13	15	19	20	R\$ 17.626,00

Fonte: Planilha do Setor de Recursos Humanos/SR/DPF/SE

5.4) Custos associados à manutenção dos recursos humanos da UJ

Excepcionalmente, os custos de recursos humanos foram informados pelo Setor de Recursos Humanos da SR/DPF/SE nos valores totais, posto que outros dados pormenorizados, quais sejam, detalhamento de vencimentos e despesas variáveis, custos por cada servidor cedido ou comissionado, entre outros, são apurados centralizadamente, pela CRH/DGP/DPF. Da mesma forma, a composição do quadro de recursos humanos desta Unidade Jurisdicionada por faixa etária e por nível de escolaridade é acompanhada pela Coordenação de Recursos Humanos (CRH) da Diretoria de Gestão de Pessoal (DGP) do DPF, cujo Relatório de Gestão deverá apontar tais dados. Providências estão sendo adotadas, mediante aperfeiçoamento dos sistemas de acesso às informações de recursos humanos, visando, em breve, ao compartilhamento de mais dados pelo Órgão Central com outras Unidades Jurisdicionadas do DPF.

5.5) Locação de mão de obra mediante contratos de prestação de serviços pela unidade jurisdicionada

5.5.1 – Informações sobre terceirização de cargos e atividades do plano de cargos do órgão

Quadro A.5.9 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Unidade Contratante														
Nome: Superintendência Regional de Polícia Federal em Sergipe														
UG/Gestão: 200344/00001							CNPJ: 00394494/41-23							
Informações sobre os contratos														
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	CNPJ da Empresa Contratada	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.	
					Início	Fim	F		M		S			
							P	C	P	C	P	C		
2008	L	O	06/2008	24.270.795/0001-16	02/04/2008	31/12/2012	-	-	9	9	3	3	P	
2011	V	O	03/2011	16.207.888/0001-78	01/03/2011	01/03/2012	2	2	-	-	-	-	A	
Observações:														
LEGENDA														
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.														
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.														
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.														
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.														

Fonte:

Quadro A.5.10 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante

Nome: Superintendência Regional de Polícia Federal em Sergipe

UG/Gestão: 200344/00001

CNPJ: 00394494/0041-23

Informações sobre os contratos

Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	CNPJ da Empresa Contratada	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2008	5	O	05/2009	01.068.730/0001-91	16/12/2008	31/12/2012	-	-	02	02	02	02	P
2008	6	O	09/2008	07.119.176/0001-06	02/03/2008	31/12/2012	-	-	02	02	-	-	P
2010	7	O	07/2010	08.935.932/0001-06	01/10/2010	01/10/2012	-	-	05	05	-	-	P

Observações:

LEGENDA

Área:

1. Conservação e Limpeza;
2. Segurança;
3. Vigilância;
4. Transportes;
5. Informática;
6. Copeiragem;
7. Recepção;
8. Reprografia;
9. Telecomunicações;
10. Manutenção de bens móveis
11. Manutenção de bens imóveis
12. Brigadistas
13. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes
14. Outras

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: Área de Gerenciamento de Contratos/SR/DPF/SE


5.6) Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

A Unidade Jurisdicionada não tem indicadores gerenciais sobre recursos humanos, uma vez que a gestão de recursos humanos está a cargo do órgão central, a Diretoria de Gestão de Pessoal – DGP/DPF, com o órgão regional Setor de Recursos Humanos – SRH/SR/SE funcionando como executor da política recursos humanos do órgão.

ITEM 7 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010

7. 1) Declaração sobre Contratos e Convênios – SIASG E SICONV

Quadro A.7.1 – Declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV

DECLARAÇÃO	
<p>Eu, <u>MARIA NAZARÉ SANTOS</u>, CPF nº 011.049.804-50, Gestora de Contratos na SR/DPF/SE, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2011 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 e suas correspondentes em exercícios anteriores.</p>	
<p>Aracaju, 23 de março de 2012.</p>	
<p> MARIA NAZARÉ SANTOS CPF 011.049.804-50 Agente Administrativo SR/DPF/SE</p>	

ITEM 8 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010

8. 1) Informações sobre declarações de bens e rendas

Quadro A.8.1 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR

Detentores de Cargos e Funções obrigados a entregar a DBR	Situação em relação às exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do exercício de Função ou Cargo	Final do exercício da Função ou Cargo	Final do exercício financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	-	-	-
	Entregaram a DBR	-	-	-
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR	-	-	-
	Entregaram a DBR	-	-	-
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	30	01	30
	Entregaram a DBR	30	01	30
	Não cumpriram a obrigação			

8.2) Análise Crítica

O Setor de Recursos Humanos (SRH) da Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado de Sergipe vem cumprindo as obrigações estabelecidas na Lei nº 8.730/1993, de maneira que todos os servidores desta Unidade Jurisdicionada que estão obrigados, por força de lei, à entrega das suas Declarações de Bens e Rendas (DBR), são instados a fazê-lo anualmente.

Adicionalmente, os servidores desta Unidade também têm autorizado o acesso das suas Declarações Anuais de Ajuste de Imposto de Renda, apresentadas à Secretaria da Receita Federal do Brasil, por intermédio de assinatura e entrega ao SRH de Termo de Autorização de Acesso, cujo modelo de documento foi estabelecido pela Coordenação de Recursos Humanos do DPF, para fins de cumprimento da exigência contida no parágrafo 4º do art. 13 da Lei nº 8.429, de 1992, tendo em vista o disposto no parágrafo 2º do art. 3º do Decreto nº 5.483, de 30 de junho de 2005.

ITEM 9 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU 108/2010

9.1) Informação sobre o funcionamento do sistema de controle interno da UJ

Quadro A.9.1 – Estrutura de controles internos da UJ

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.					X
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					X
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.					X
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.					X
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					X
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				X	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.			X		
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.			X		
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.			X		
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.			X		
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.	X				
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle					
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.					
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				X	
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.					X
Informação e Comunicação					
	1	2	3	4	5

23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.			X		
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.					X
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.					X
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X	
Considerações gerais:					
LEGENDA					
Níveis de Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válida. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

ITEM 10 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU N° 108/2010

10.1) Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Quadro A.10.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas.	X				
Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?					
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.	X				
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).	X				
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços.	X				
Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?					

ITEM 11 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010

11.1) Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial

A Superintendência Regional em Sergipe funciona em imóvel alugado e não possui unidade descentralizada sob sua administração.

Quadro A.11.2 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2011	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	SERGIPE	01	01
	Aracaju	01	01
Subtotal Brasil		01	01
EXTERIOR		00	00
		00	00
Subtotal Exterior			
Total (Brasil + Exterior)		01	01

Fonte: Setor de Gerenciamento de Contratos/SELOG/SR/DPF/SE

ITEM 12 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010

12.1) Gestão de Tecnologia da Informação

No DPF, a área de Tecnologia de Informação é composta por um órgão central, a Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação - CGTI, responsável pela elaboração e consolidação do Plano Diretor de Informática, pelo desenvolvimento e manutenção dos sistemas corporativos, pela estrutura da intranet e conexões dessa com a internet, entre outras funções típicas de Direção Geral. Regionalmente, nas Superintendências, os Núcleos de Tecnologia da Informação - NTIs são responsáveis pela difusão e aplicação das diretrizes e normas traçadas pela CGTI, pela manutenção da infraestrutura de TI, em especial equipamentos e intranet, e pelo atendimento aos usuários da região.

A avaliação da gestão de Tecnologia de Informação no âmbito desta Unidade Jurisdicionada foi realizada pelo Núcleo de Tecnologia da Informação - NTI/SR/SE. Entretanto, salienta-se que muitos dos quesitos adiante avaliados não se aplicam ao NTI. Nesse contexto, com o intuito de não prejudicar o quesito, o mesmo foi respondido como (1) – Totalmente Inválida.

Quadro A.12.1 – Gestão da Tecnologia da Informação da unidade jurisdicionada

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Planejamento					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.					X
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.				X	
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.	X				
Recursos Humanos de TI					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.	06				
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.	X				
Segurança da Informação					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.					X
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.					X
Desenvolvimento e Produção de Sistemas					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.					X
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.	X				
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.	X				
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.	X				
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.*	80%				
13. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.				X	
14. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.	X				
15. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?					X
Observação:					
Metodologia utilizada pela UJ para analisar os quesitos:	As respostas aos quesitos foram apresentadas pelo Chefe				

do Núcleo de Tecnologia da Informação da SR/DPF/SE, em 24/02/2011.

Convém salientar que os dados referentes a planejamento estratégico da área em questão são obtidos junto à Coordenação de Tecnologia da Informação do DPF, em Brasília/DF. Adicionalmente, algumas ações executadas nesta Unidade Jurisdicionada, no contexto das diretrizes estabelecidas pelo Órgão Central encontram-se mais pormenorizadas na seção 17.2.4 do presente Relatório.

LEGENDA

Níveis de avaliação:

- (1) Totalmente inválida: Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ.
- (2) Parcialmente inválida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria.
- (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.
- (4) Parcialmente válida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria.
- (5) Totalmente válida: Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.

Fonte: Núcleo de Tecnologia da Informação da SR/DPF/SE

ITEM 13 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010

13.1) Despesas com Cartão de Crédito Corporativo

A Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado de Sergipe executou despesas por meio de suprimento de fundos, utilizando o Cartão de Pagamento do Governo Federal, observando as disposições constante nos Decretos números 5.355/2005, 6.370/2008, 93.872/1986 (artigo 47) e 3.518/2000, Instrução Normativa (IN) nº 05/1996-Secretaria do Tesouro Nacional, Portaria 90, de 24 de abril de 2009-Ministério do Planejamento, Portaria nº 95-Ministério da Fazenda, de 19 de abril de 2002, bem como a legislação adicional referente ao assunto em pauta.

Em 09 de novembro de 2009, foi expedida a Instrução Normativa nº 11/2009-Direção Geral do DPF, atualizando os procedimentos, consoante as Portarias expedidas em 2009 pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e pelo Ministério da Justiça.

Assim, a IN nº 011/2009-DG/DPF manteve a regulamentação da concessão, aplicação e comprovação de suprimento de fundos para o custeio das despesas decorrentes das atividades peculiares ao Departamento de Polícia Federal – DPF, com regime especial de execução, estatuído no artigo 47 do Decreto nº 93.872/86, e das despesas previstas no art. 45 do mesmo instrumento legal, atualizando as orientações voltadas para os Ordenadores de Despesas e supridos, na gestão de tais adiantamentos, visando à padronização dos procedimentos envolvidos.

Quadro A.13.1 - Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador (Despesas de Pequeno Vulto)

Código da UG 1: 200345		Limite de Utilização da UG:			
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
JOAO L. DA SILVA FILHO	12312207249	5.000,00	320,00	1.758,60	2.078,60
MONICA M. HORTA MELO	66187206568	3.000,00	40,00	2.762,61	2.802,61
GILVAN BISPO DOS SANTOS	19912412591	8.000,00	1.890,00	6.041,49	7.931,49
Total utilizado pela UG		16.000,00	2.250,00	10.562,70	12.812,70

Fonte: SIAFI

Obs.: O quadro acima apenas contempla os supridos que realizaram despesas de pequeno vulto.

Quadro A.13.2 – Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador (Regime Especial de Execução)

Código da UG: 200345		Limite de Utilização da UG:			
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
Luis Henrique de Almeida	38685035520	27.000,00	16.196,00	9.251,15	25.447,15
Luis Henrique de Almeida	38685035520	20.000,00	12.013,00	6.496,31	18.509,31
Luis Henrique de Almeida	38685035520	30.333,33	13.616,00	5.226,41	18.842,41
André Fernandes Britto	50578391520	8.000,00	4.080,00	3.918,38	7.998,38
André Fernandes Britto	50578391520	8.000,00	0,00	4.841,00	4.841,00
Gutemberg Rollemberg Levita	34872230582	20.000,00	9.410,00	8.624,34	18.034,34
CSF 02/2011 – SIGILOSO		10.000,00	8.000,00	1.816,13	9.816,13

CSF 04/2011 – SIGILOSO		10.000,00	3.250,00	3.583,30	6.833,30
CSF 05/2011 – SIGILOSO		17.000,00	10.000,00	0,00	10.000,00
CSF 07/2011 – SIGILOSO		31.000,00	9.000,00	21.978,89	30.978,89
CSF 08/2011 – SIGILOSO		10.000,00	8.065,00	651,50	8.716,50
CSF 14/2011 – SIGILOSO		9.000,00	6.000,00	500,00	6.500,00
Total utilizado pela UG		200.333,33	99.630,00	66.887,41	166.517,41

Obs.: os supridos que executaram despesas sob o regime especial de execução de natureza sigilosa tiveram seus nomes e CPF omitidos, em observância ao §1º do art. 4º da decisão normativa TCU nº 108/2010

Quadro A.13.3– Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica)

Exercícios	Saque		Fatura		Total (R\$)
	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	(a+b)
2011	012	99.630,00	012	66.887,41	166.517,41
2010	017	84.125,68	017	64.293,69	162.419,37
2009	014	1.250,00	014	20.294,09	21.544,09

Fonte: SIAFI

ITEM 17 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010

17.1) Outras informações consideradas relevantes pela UJ e dificuldades enfrentadas na gestão

O contingenciamento de recursos, aliado à carência de pessoal, dificultou sobremaneira a atuação da Unidade Jurisdicionada no exercício de 2011. A UJ necessita de reforço de pessoal, principalmente de servidor administrativo, uma vez que sua área meio está carente de pessoal e sobrecarregada de atribuições, implicando na necessidade de utilização de policiais para o desenvolvimento de atividades administrativas.

O DPF tem como fonte de recursos o FUNAPOL – Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-fim da Polícia Federal, instituído pela Lei Complementar n.º 89, de 18 de fevereiro de 1997. A SR/DPF/SE, com sua ação fiscalizadora, vem aumentando ano a ano a arrecadação dentro da sua circunscrição, e em 2011 arrecadou 23,83% a mais que no exercício de 2010, conforme quadro demonstrativo abaixo. Mesmo assim, o órgão central não destinou crédito orçamentário na mesma proporção do incremento da arrecadação, dificultando a manutenção do mesmo ritmo de fiscalização no exercício de 2012.

FUNAPOL				
ANO	2009	2010	2011	%
Arrecadação	1.530.791,39	1.668.070,04	2.065.643,97	23,83

17.2) Gestão com qualidade e perspectivas de melhorias futuras nos controles internos

No contexto da expansão do programa de gestão pública com qualidade em 2011, destaca-se a instituição, em 2010, do Escritório de Gestão de Processos – EGPRO/GAB/DG e do Escritório de Gestão de Projetos Estratégicos – EGPE/GAB/DG, ambos vinculados ao Centro Integrado de

Gestão Estratégica – CIGE/GAB/DG, no âmbito da Polícia Federal, diretamente subordinados ao Diretor-Geral.

O Escritório de Gestão de Processos – EGPRO foi criado considerando a necessidade de promover o alinhamento entre os processos e os objetivos institucionais e as ações estratégicas contidas no Plano Estratégico da Polícia Federal; a definição de modelos para Gestão de Processos, sustentados por uma metodologia de identificação, mapeamento, diagnóstico, priorização e aperfeiçoamento de processos que proporcione, dentre outros, a uniformização de conceitos e procedimentos no âmbito da instituição; e a melhoria contínua na prestação de serviços ao cidadão, aumento da eficiência operacional, uniformização e simplificação de rotinas internas, redução de custos, minimização de erros e retrabalhos e automação de processos manuais.

O Centro Integrado de Gestão Estratégica – CIGE/GAB/DG, foi criado considerando-se o objetivo institucional do DPF de fortalecer a cultura de gestão estratégica, a necessidade de integrar e avaliar as iniciativas de modernização da gestão, bem como a política de planejar a administração dos sistemas e macroprocessos da Polícia Federal de maneira permanente e flexível, a fim de adaptá-los com rapidez às novas metodologias gerenciais e às evoluções de cenários.

Ante o exposto, há perspectivas futuras de criação de novos indicadores de desempenho aplicáveis à realidade das Regionais de Polícia Federal, com a colaboração do Centro Integrado de Gestão Estratégica do DPF, o que deverá fortalecer sobremaneira a qualidade dos gastos, os controles, as estratégias de atuação e a eficiência na prestação dos serviços públicos no âmbito desta Unidade Jurisdicionada.

ITEM 1 DA PARTE B DA DN 108/2010 TCU – INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO


1. Declaração do Contador Responsável

Quadro B.1.1 - Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
M.J-DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL
COORDENAÇÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
SERVIÇO DE CONTABILIDADE



DECLARAÇÃO DO CONTADOR	
DECLARAÇÃO PLENA	
Denominação Completa (UJ):	Código da UG:
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO SE – SR/SE/DPF	200344 - 200345
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.</p> <p>Para a emissão da declaração foram considerados os seguintes critérios:</p> <ul style="list-style-type: none"> - a verificação da adequação dos demonstrativos teve como base a legislação e as práticas contábeis adotadas pelo Governo Federal; - o acompanhamento, a análise e as orientações de ajustes da execução contábil dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Gestora foram realizados pela Setorial de Contabilidade da Polícia Federal, via SIAFI; e - a análise dos documentos de suporte foi realizada pela Unidade Gestora e registrada a Conformidade de Registro de Gestão no SIAFI. <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>	
Brasília/DF	Data: 13/02/2012
Contador Responsável: GLADSTON GUIMARÃES NAVES 	CRC nº DF-12534/O-8

Anexo II À Decisão Normativa TCU N° 117, De 19 De Outubro De 2011 Relatórios E Pareceres De Instâncias Que, Segundo Previsão Legal, Regimental Ou Estatutária, Devam Se Pronunciar Sobre As Contas Ou Sobre A Gestão.

ITEM 6 - Relatório do órgão de correição com a descrição sucinta dos fatos apurados no exercício ou em apuração pelas Comissões de Inquérito em Processos Administrativos Disciplinares instaurados na unidade jurisdicionada no período a que se refere o relatório de gestão, com o intuito de apurar dano ao Erário, fraudes ou corrupção.

CGU-PAD		Controladoria-Geral da União
RELATÓRIO DE PROCEDIMENTOS INSTAURADOS		
Quadro Consolidado Global		Período: 01/01/2011 a 31/12/2011
Quantidade de Órgãos:	2	Número de Procedimentos
Total de Processos Administrativos Disciplinares		891
Total de Ritos Sumários		11
Total de Procedimentos		902
Ministério da Justiça		
Período: 01/01/2011 a 31/12/2011		
Quadro Consolidado:		Número de Procedimentos
Total de Processos Administrativos Disciplinares		891
Total de Ritos Sumários		11
Total de Procedimentos		902
Superintendência Regional de Sergipe		
Período: 01/01/2011 a 31/12/2011		
Quadro Consolidado:		Número de Procedimentos
Total de Processos Administrativos Disciplinares		0
Total de Ritos Sumários		0
Total de Procedimentos		0

RELATÓRIO DE PROCEDIMENTOS JULGADOS

Quadro Consolidado Global		Período: 01/01/2011 a 31/12/2011
Quantidade de Órgãos:	2	Número de Procedimentos
Total de Processos Administrativos Disciplinares		800
Total de Ritos Sumários		5
Total de Procedimentos		805

Ministério da Justiça	
Período: 01/01/2011 a 31/12/2011	
Quadro Consolidado:	Número de Procedimentos
Total de Processos Administrativos Disciplinares	800
Total de Ritos Sumários	5
Total de Procedimentos	805

Superintendência Regional de Sergipe	
Período: 01/01/2011 a 31/12/2011	
Quadro Consolidado:	Número de Procedimentos
Total de Processos Administrativos Disciplinares	0
Total de Ritos Sumários	0
Total de Procedimentos	0

SEÇÃO IV

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Sempre procurando melhorar as condições de trabalho dos servidores, a logística foi incrementada com disponibilização pelo órgão central de viaturas e aquisição de equipamentos de informática por esta UJ. Foram recebidos materiais provenientes do Programa Promotec, direcionados principalmente para o Setor Técnico-Científico. O Programa Promotec visa à ampliação e à modernização do segmento Técnico-Científico da Polícia Federal em todo o território nacional.

A cooperação e a política de realizar ações conjuntas e intercâmbio com outros Órgãos do Governo, nas esferas Federal, Estadual e Municipal, também possibilitou êxito de diversas operações desencadeadas.

Em termos de melhoria no parque de equipamentos, destacam-se as seguintes ações:

Trabalho contínuo vem sendo desenvolvido no sentido de aprimorar os controles sobre utilização de recursos a fim de permitir uma melhor utilização dos mesmos, visando o cumprimento da missão do DPF com o menor custo para a sociedade – incluindo utilização da infraestrutura da rede DPFNet, utilização de recursos de telefonia, entre outros. No que diz respeito à telefonia, em 2011 foi adquirida uma central telefônica que permite a realização de chamadas através de VOIP (Voice Over Internet Protocol), que é a realização de chamadas telefônicas através da rede de internet do DPF, possibilitando uma redução nos custos de telefonia no âmbito da SR/DPF/SE.

As restrições e limitações encontradas para o desenvolvimento das atividades, consistiram basicamente na escassez crônica de recursos humanos - principalmente na atividade meio - e de recursos financeiros.

Foram enfrentadas dificuldades quanto aos limites orçamentários impostos, decisões estas que não estão na alçada dos gestores da Unidade Jurisdicionada. Ações, junto aos órgãos competentes, para mitigar tais obstáculos são tomadas sistematicamente por esta Superintendência. Estratégias decorrentes também tiveram que ser adotadas em virtude de mudança de cenários durante a execução das ações, como consequência de outros problemas, como a crise econômica em alguns países da Europa, que acarretaram diretrizes para contenção de gastos governamentais.

Apesar de ainda insuficiente, a oferta de recursos e a disponibilização de equipamentos adquiridos pelos Órgãos Centrais contribuiu para uma melhora em relação ao exercício anterior. As soluções encontradas pela SR/DPF/SE para o desenvolvimento e o aperfeiçoamento das suas missões, tanto na atividade-fim, quanto na atividade-meio, consistiram na racionalização e na definição de prioridades dentro da gestão. Com o crescente aumento da demanda de trabalho de responsabilidade da Polícia Federal, ainda há necessidade de aumento do efetivo de policiais e, principalmente, de agentes administrativos.